



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
EGAS MONIZ**

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

**CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE MAUS-TRATOS E DELINQUÊNCIA E DAS
CRENÇAS SOBRE A VIOLÊNCIA EM JOVENS DO CONCELHO DE MOURA**

Trabalho submetido por
Rute I. Ragageles
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

Outubro de 2013



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE MAUS-TRATOS E DELINQUÊNCIA E DAS CRENÇAS SOBRE A VIOLÊNCIA EM JOVENS DO CONCELHO DE MOURA

Trabalho submetido por
Rute I. Ragageles
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

Trabalho orientado por
Professora Doutora Ana Cristina Neves

Outubro de 2013

"Foi o tempo que dedicaste à tua rosa que a fez tão importante"

Antoine de Saint-Exupéry em “O Príncipezinho”

**Dedico esta dissertação a ti Mãe pela partilha do sonho e por todo o esforço que
fizeste para que este se concretizasse.**

Agradecimentos

Após muitas horas de grandes emoções, de coisas boas e menos boas, de ilusões e desilusões, de lágrimas mas também de (muitos) sorrisos, de grandes lutas diárias mas também de conquistas, de noites mal dormidas e noites vividas, de amizades que se desvaneceram e outras que surgiram, é importante reconhecer e agradecer a quem foi parceiro nesta etapa.

Obrigada Mãe e Avó pelo exemplo de força e determinação apesar de todas as contrariedades.

Obrigada Mano pela companhia, confiança e contributo nas longas horas da “viagem”.

Obrigada Pai pelo incentivo e partilha do gosto pela área e que muitas vezes permitiu a autocrítica.

Obrigada à pequena Maria Leonor por iluminar estes dois últimos anos e devolver a paz necessária apenas com um sorriso.

Obrigada Carla, Vanessa e Mónica pelo que são, pelo que significam, por TUDO!

Obrigada João, Mariana, Lúcia por terem passado de companheiras de casa a companheiras para a vida.

Obrigada Madrinha, Nalina e Tixa pela partilha, amizade e cumplicidade.

Obrigada aos Tios Tavares, Tios Pereira e Avó Maria Inês por todo o apoio e horas de oração nos dias difíceis.

Obrigada Hugo por teres sido um “porto de abrigo” e teres aturado todas as minhas neuras e desesperos e resistido ao meu “mau-feitio”.

Obrigada aos amigos de Almada que fizeram com que me sentisse sempre em casa e tornaram os dias difíceis mais fáceis.

Obrigada à Equipa da CPCJ de Moura pela permissão para recolher dados e, em especial, à Dr.^a Sofia Melo e à professora Diamantina Beiramar por todo o carinho, apoio, disponibilidade e amizade demonstrados.

Obrigada à Professora Doutora Ana Cristina Neves pela orientação até quando a desorientação era total.

Obrigada a todos os que entraram na minha vida, aos que se mantiveram mas também aos que decidiram ir pois todos deixaram a sua marca e fizeram alguma diferença em mim.

A todos vocês... Muito Obrigada, esta é uma conquista partilhada!

Resumo

O presente estudo empírico tem como principais objetivos verificar se a relação entre maus-tratos e delinquência (e.g. Brezina, 1998; Falshaw, 2005) se replica no concelho de Moura (Baixo Alentejo) e caracterizar as crenças sobre a violência em crianças e jovens deste concelho.

Para cumprir estes objetivos foram realizados dois estudos. O Estudo 1 visa concretizar os objetivos relativos aos maus-tratos e delinquência e a amostra (N=102) foi obtida a partir da consulta de processos de promoção e proteção da CPCJ de Moura, em execução desde 2012.

O Estudo 2 com o objetivo de verificar se as crenças que legitimam o recurso à violência sobre crianças e jovens se encontram nos jovens da presente amostra (N=13) à qual foi aplicada a *Escala de Crenças da Criança sobre a Violência* (ECCV) (Sani, 2003).

Verificou-se que os tipos de maus-tratos mais comuns em crianças e jovens do concelho de Moura são a negligência, seguida da exposição a modelos de comportamento desviante, sendo que a negligência se encontra mais associada ao sexo masculino e a exposição a modelos de comportamento desviante ao sexo feminino. Relativamente à relação entre maus-tratos e comportamentos delinquentes, esta não se replicou pois a maioria das vítimas de maus-tratos não apresenta comportamentos delinquentes.

Quanto às crenças sobre a violência, estas prendem-se principalmente com a etiologia da violência e os determinantes individuais, sendo que o sexo masculino apresenta médias superiores ao sexo feminino em todos os fatores da ECCV. Conclui-se então que as crianças e jovens de Moura manifestam algumas das crenças encontradas em estudos anteriores (e.g. a violência ocorrida em casa tem de ser resolvida em casa; a forma como os pais tratam os filhos só a eles lhe diz respeito).

Palavras-chave: maus-tratos; delinquência; crenças sobre a violência; Moura

Abstract

This empirical study has as main objectives to verify the relationship between maltreatment and delinquency (e.g. Brezina, 1998; Falshaw, 2005) replicates in the municipality of Moura (Alentejo) and characterize beliefs about violence on children and youth of this county.

To meet these goals two studies were conducted. Study 1 aims to achieve the objectives related to maltreatment and delinquency and the sample (N = 102) was obtained from the consultation processes of promoting and protecting CPCJ Moura, running since 2012.

Study 2 in order to check whether the beliefs that legitimize the use of violence on children and youth are this sample (N = 13), has been applied to Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (ECCV) (Sani, 2003) .

It was found that the types of maltreatment most common in children and young people in the municipality of Moura is neglect, followed by exposure to models of deviant behavior and neglect is more associated with male sex and exposure to role models deviant female. Regarding the relationship between maltreatment and delinquent behavior, this is not replicated since most victims of maltreatment shows no delinquent behavior.

The beliefs about violence, are mainly associated with the etiology of violence and individual determinants and the male sex has higher than average sex female in all factors of ECCV. It was concluded that children and young of Moura, manifest some of the beliefs found in previous studies (e.g. the violence at home have to be solved at home, how parents treat their children, only them concern you).

Keywords: maltreatment; delinquency; beliefs about violence; Moura

Índice Geral

Introdução.....	11
Revisão de Literatura	
Os maus-tratos como fator de risco da delinquência.....	13
A delinquência enquanto consequência da vitimação.....	15
Por que é que os maus-tratos de crianças e adolescentes pode dar origem a comportamentos delinquentes?.....	16
As crenças como potenciais mediadoras da relação entre maus-tratos e delinquência.....	21
As crenças enquanto fruto das especificidades culturais	26
Objetivos.....	27
Método	
Estudo 1.....	29
Estudo 2.....	30
Resultados	
Estudo 1.....	32
Estudo 2.....	36
Discussão.....	38
Conclusão	41
Referências	44
Anexos	
Anexo A	

Índice de Figuras

Figura 1 - <i>Modelo preditor dos problemas de comportamento em função do mau-trato, vergonha e raiva</i>	20
---	----

Índice de Tabelas

Tabela 1 - <i>Análise da variável “existência de maus-tratos”</i>	32
Tabela 2 - <i>Análise da variável “existência de comportamentos delinquentes”</i>	32
Tabela 3 - <i>Tipos de maus-tratos sinalizados à CPCJ de Moura</i>	33
Tabela 4 - <i>Relação entre ser vítima de maus-tratos e apresentar comportamentos delinquentes</i>	34
Tabela 5 - <i>Manifestação de comportamentos delinquentes consoante o tipo de mau-trato</i>	34
Tabela 6 - <i>Diferenças entre sexos quanto ao tipo de mau-trato</i>	35
Tabela 7 - <i>Diferenças entre sexos quanto à existência de comportamentos delinquentes</i>	35
Tabela 8 - <i>Média das pontuações totais da ECCV</i>	36
Tabela 9 - <i>Média das pontuações de cada fator da ECCV</i>	36

Lista de Abreviaturas

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

EUA – Estados Unidos da América

PSP – Polícia de Segurança Pública

GNR – Guarda Nacional Republicana

Introdução

O mau-trato enquanto “qualquer ato deliberado, por omissão ou negligência, originado por pessoas, instituições ou sociedades, que prive a criança dos seus direitos e liberdades ou que interfira com o seu desenvolvimento” (Canha, 2008, p.18), é um fenómeno multidimensional, que envolve variáveis relativas aos progenitores, à criança, à interação progenitores-criança e ao meio envolvente (Azevedo & Maia, 2006, citado por Machado, Antunes, & Machado, 2011) e que pode ter repercussões na vida da criança. De acordo com a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2012), das 69007 situações de perigo sinalizadas, a negligência foi a problemática que apresentou a maior percentagem (30%).

Segundo a hipótese do ciclo de violência, indivíduos com história de mau-trato físico e/ou negligência na infância apresentam maior probabilidade de virem a apresentar comportamentos delinquentes, criminalidade adulta, comportamento criminoso violento e, conseqüentemente, maior risco de serem presos por um crime violento (DePadilla, Perkins, Elifson, & Sterk, 2012; Ford, 2006; Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002; Mersky & Reynolds, 2007; Scherer & Scherer, 2000; Smith, Ireland, & Thornberry, 2005; Widom & Maxfield, 2001). O *National Institute of Justice* (agência de pesquisa, desenvolvimento e avaliação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América) refere que crianças maltratadas ou negligenciadas têm 28% de probabilidade de manifestarem comportamento criminal, 30% de terem comportamento violento e 59% de serem presas (Maxfield & Widom, 2001).

Contudo, e apesar da base empírica robusta relativa à relação entre maus-tratos e delinquência, é importante ter em conta que nem todos os jovens que experienciam maus-tratos se tornam delinquentes e nem todos os jovens delinquentes têm história de maus-tratos na infância (Crooks, Scott, Wolfe, Chiodo, & Killip, 2007; DePadilla, et al., 2012), existindo outras variáveis que poderão influenciar essa relação, como as crenças e representações sociais sobre a violência. De facto, a forma como cada pessoa interpreta a experiência de acontecimentos violentos depende da maneira como perceciona a realidade envolvente, que abarca não só as suas experiências pessoais mas também todo contexto social e cultural onde se insere (Ribeiro & Sani, 2008), remetendo para as noções de representação social, crenças, estereótipos e preconceitos, bem como para a influência dos hábitos e símbolos culturais na estruturação dessas mesmas representações (Porto, 2006).

Assim, a vivência de maus-tratos e as suas consequências podem variar consoante características individuais, existência ou não de re-vitimização, modo como interpretam a experiência de vitimação, podendo existir variações regionais. Os fortes costumes, crenças e convicções característicos da região do Alentejo, associados à importância da relação entre maus-tratos e delinquência, justificam a realização do presente estudo.

Os maus-tratos como fator de risco da delinquência

A violência perpetrada contra crianças, apesar de muito falada hoje, não é um facto recente pois durante longos períodos da história foi uma prática habitual, justificada e aceite pelas diferentes sociedades e poderá apresentar-se como um fator de risco importante. Ato como infanticídio, abandono em instituições, escravidão, exploração do trabalho infantil e mutilação de membros para causar compaixão e facilitar a mendicância são continuamente referenciados na literatura (Canha, 2008; Pires & Miyazaki, 2005). No entanto, o conhecimento das necessidades básicas da criança, o reconhecimento como ser humano autónomo e interativo desde o nascimento, a importância da vinculação e da estimulação do meio ambiente para o seu desenvolvimento e a necessidade da sua proteção contribuem para uma alteração de posturas e atitudes face à criança (Canha, 2008). Começa então, a surgir um maior interesse por questões em que esta é central, bem como a sua integridade e bem-estar, como é o caso dos maus-tratos sobre crianças.

Uma multiplicidade de situações consubstanciam a prática de maus-tratos, sendo a tipificação apenas uma forma didática de compreender o problema e diferenciar o tipo de prevenção e o modo como se vai lidar com o problema pois muitas vezes ocorrem de forma dinâmica e simultânea, agravando as suas repercussões (Canha, 2008; Direcção Geral de Saúde, 2011; Pires & Miyazaki, 2005).

Assim, os maus-tratos podem ser tipificados como (Canha, 2008; DGS, 2011; English, 1998): (1) negligência – incapacidade de proporcionar à criança a satisfação das necessidades básicas de higiene, alimentação, afeto, educação e saúde, indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento adequados; (2) mau-trato físico – protótipo da criança batida, sendo qualquer ação não acidental, isolada ou repetida, infligida por pais, cuidadores ou outros com responsabilidade face à criança ou jovem, que provoque (ou possa vir a provocar) dano físico; (3) mau-trato psicológico/emocional – privação de um ambiente de segurança e de bem-estar afetivo indispensável ao crescimento, desenvolvimento e comportamento equilibrados da criança/jovem, podendo variar desde a precariedade de cuidados ou de afeição adequados à idade e situação pessoal, até à completa rejeição afetiva; (4) abuso sexual – envolvimento de uma criança em atividades cuja finalidade visa a satisfação sexual de um adulto ou jovem mais velho, geralmente sob coação da força ou da ameaça; (5) Síndrome de Munchausen por Procura – atribuição à criança, por parte de um elemento da família ou cuidador, de vários sinais e sintomas, com o intuito de

convencer a equipa clínica da existência de uma doença, gerando, por vezes, procedimentos de diagnóstico exaustivos, incluindo o recurso a técnicas invasivas e hospitalizações frequentes; (6) abandono – inclui crianças abandonadas nas maternidades, hospitais ou outras instituições ou entregues a si próprias, fechadas em casa ou deixadas na rua, sem providência de alimentação e vigilância e (7) rejeição – não reconhecimento da criança como elemento da família por parte de um ou de ambos os progenitores, associado à ausência de ligação afetiva e emocional.

A experiência de maus-tratos é única para cada criança e pode aumentar significativamente a probabilidade de futuros problemas de comportamento e ajustamento psicológico, pois interfere negativamente no desenvolvimento da noção que cada um constrói de si mesmo e do outro (Canha, 2008; Cid, Machado, & Matos, 2010; Currie & Tekin, 2012; English, 1998; Figueiredo, Fernandes, Matos, & Maia, 2003; Ford, 2006; Lima, 2006; Mersky & Reynolds, 2007; Pires & Miyazaki, 2005). Como manifestações tardias podem surgir as dificuldades de relacionamento social e interpessoal (Canha, 2008; Colman & Widom, 2004, citado por National Center for Injury Prevention and Control, 2011; Cotten, et al., 2011; English, 1998; Lima, 2006; Pires & Miyazaki, 2005; Scherer & Scherer, 2000), perturbações de personalidade (Canha, 2008; Cotten, et al., 2011; Scherer & Scherer, 2000; Smith, et al., 2005), insucesso escolar (Canha, 2008; Cid et al., 2010; Lima, 2006; Pires & Miyazaki, 2005), baixa autoestima (Canha, 2008; Lima, 2006; Pires & Miyazaki, 2005), abuso de substâncias (Cid et al., 2010; Pires & Miyazaki, 2005; Salzinger, Rosario, & Feldman, 2007; Scherer & Scherer, 2000), associação com automutilação e comportamento suicida (Scherer & Scherer, 2000) e aumento da delinquência e criminalidade (Canha, 2008; Cid et al., 2010; Currie & Tekin, 2012; English, 1998; Ford, 2006; Hawkins, et al., 2000; Kilpatrick & Saunders, 1999; Lima, 2006; Malinosky-Rummell & Hansen, 1993; Mersky & Reynolds, 2007; Pires & Miyazaki, 2005; Salzinger, et al., 2007; Scherer & Scherer, 2000; Shader, 2001; Smith, et al., 2005; Verrecchia, Fetzer, Lemmon, & Austin, 2011; Widom & Maxfield, 1996; Widom & Maxfield, 2001).

Não obstante, é preciso ter em conta que estas consequências podem variar segundo fatores como a intensidade e frequência dos maus-tratos, a fase de desenvolvimento da criança em que ocorreu, características da própria criança, relação com o agressor e o acesso a um cuidador de apoio, sendo possível existir uma adaptação por parte de algumas crianças ao mau-trato e negligência (Child Welfare Information Gateway, 2008; English, 1998; Mersky & Reynolds, 2007; Wasserman, et al., 2003).

Segundo os resultados de Scudder, Blount, Heide e Silverman (1993), uma criança abusada numa idade jovem apresenta maior risco de envolvimento em comportamentos delinquentes do que uma criança não abusada pois, comparando jovens delinquentes e não delinquentes e jovens com história e sem história de abuso e negligência, estes autores obtiveram que indivíduos delinquentes apresentam maior probabilidade de já terem sido abusados, existindo uma percentagem significativamente maior de indivíduos com história de abuso/negligência que é delinquente. No mesmo sentido, Rebellon e Gundy (2005) concluíram que o mau-trato físico ocorrido na adolescência apresenta uma forte relação com a adoção de comportamentos delinquentes mais tarde.

A delinquência enquanto consequência da vitimação

A definição de delinquência envolve todos aqueles comportamentos que ocorrem à margem da lei, caracterizando uma infração ou conduta prejudicial a alguém ou mesmo à sociedade como um todo, incidindo sobre jovens que praticaram factos qualificados pela lei como crime (Formiga, 2003). Isto é, se os atos em questão fossem cometidos por adultos, seriam considerados crimes, sejam crimes contra a propriedade, contra as pessoas ou consumo de drogas (Sims, 2006). Contudo, qualificar um indivíduo como delinquente não revela nenhuma ciência, mas sim uma convenção jurídica e não depende de qualquer teoria racional do comportamento humano, mas sim de um compromisso entre diversas forças sociais. As disposições do código penal e as modalidades da sua aplicação refletem isso mesmo, variando a qualificação de um comportamento delinquente consoante os conjuntos socioculturais (Carvalho, 2003). Assim, para esta qualificação importa ter em conta que existem fatores que podem influenciar a emergência do comportamento delinquente, sendo sobre eles que devem também passar os pressupostos de uma intervenção mas também a duração da manifestação deste tipo de comportamento.

Segundo o estudo de Moffitt (1993), os indivíduos podem apresentar um comportamento delinquente estável e persistente ou um comportamento temporário e circunstancial, variando os fatores a ter em conta. Para delinquentes cuja atividade criminal está confinada aos anos de adolescência, os fatores de risco podem ser proximais, específicos para o período de desenvolvimento e deve ser tida em conta a descontinuidade nas suas vidas. Em contrapartida, para pessoas cuja delinquência na adolescência é meramente uma inflexão do curso da vida antissocial, deverão ser tidos

em conta os fatores de risco do início da infância e a continuidade das suas vidas atribuídas (Moffitt, 1993).

Um fator de risco não é mais do que uma variável associada a uma maior probabilidade de apresentar determinado comportamento (Farrington, 2007), sendo que a diferenciação entre fatores de risco de longo e curto prazo permite perceber que o comportamento resulta de uma interação de fatores e não apenas da influência de um (van der Laan, Blom, & Kleemans, 2009).

Segundo estudos retrospectivos no Reino Unido e prospetivos nos EUA, uma história de maus-tratos é um fator de risco significativo para o comportamento criminoso (Falshaw, 2005). Deste modo, o risco para a delinquência pode ser determinado por fatores inerentes ao indivíduo e/ou fatores externos, relacionados com o ambiente imediato ou com a sociedade em que ele vive (Sims, 2006), nomeadamente a vitimação por maus-tratos, a criminalidade dos pais, técnicas educativas utilizadas (e.g. disciplina física, má supervisão e baixo nível de apego), conflitos parentais, situações de divórcio e agregados familiares de grandes dimensões e em condições de pobreza (Farrington & Loeber, 2000; Heck & Walsh, 2000; Malinosky-Rummell & Hansen, 1993).

No seu estudo, Brezina (1998) concluiu que os maus-tratos de adolescentes dão origem à delinquência pois corroem importantes fontes de controlo social, promovem a socialização desviante e geram sentimentos profundos de raiva, levando à rutura de vários domínios do desenvolvimento.

Posto isto, torna-se pertinente perceber qual a relação existente entre maus-tratos e delinquência, tendo por base vários estudos empíricos já realizados.

Por que é que os maus-tratos de crianças e adolescentes pode dar origem a comportamentos delinquentes?

Antes da análise dos resultados obtidos nos diversos estudos que abordam a relação entre maus-tratos e delinquência, importa ter em conta a existência de teorias que explicam e suportam esta relação. Assim, no caso de não existir uma correta interpretação e assimilação da experiência de maus-tratos e sendo o comportamento delinvente uma das consequências, teorias como a Teoria do Controlo Social, a Teoria da Aprendizagem Social e a Teoria Sociopsicológica de Tensão (Currie & Tekin, 2012) permitem um melhor entendimento da relação entre maus-tratos e delinquência.

A Teoria do Controlo Social pressupõe que os indivíduos têm uma tendência natural para os comportamentos delinquentes e para a violência, sendo esta tendência contida

pelos laços sociais (Hirschi 1969, citado por Currie & Tekin, 2012), não se encontrando a vitimação por maus-tratos diretamente relacionada com este tipo de comportamento. Por outro lado, a Teoria da Aprendizagem Social serve de base às teorias da transmissão intergeracional dos maus-tratos e sugere que o comportamento é aprendido através da observação e experiência, ou seja, testemunhar ou ser submetido a comportamentos violentos dentro da família predispõe as crianças a aceitar a violência como método eficaz de alcançar o que pretendem (Falshaw, 2005).

Finalmente, a Teoria Sociopsicológica de Tensão concentra-se nos maus-tratos como uma fonte de *stress* agudo que, ao ser mal gerida, contribui para a manifestação de comportamentos delinquentes (Agnew, 2001), suportando a ideia de que o comportamento delinquente resulta da incorreta ou não assimilação da experiência de maus-tratos. Não obstante, é preciso ter em conta que os eventos stressantes por si só não são suscetíveis de levar ao crime, eles têm de ser (1) vistos como injustos, (2) considerados de elevada gravidade, (3) associados a um baixo controlo social e (4) encarados como um incentivo ao comportamento delinquente. Assim, a negligência e os maus-tratos representam formas de rejeição parental vistas como eventos *stressantes* (Agnew, 2001).

Como forma de suportar o estudo da relação entre ser vítima de maus-tratos e apresentar comportamentos delinquentes existem diversas demonstrações empíricas, sendo que diferentes autores consideram diferentes fatores e por isso torna-se importante expor algumas delas.

Relativamente às práticas parentais severas, estas podem resultar no aumento da probabilidade de comportamentos violentos, em jovens em situação de pobreza e/ou expostos à violência na comunidade (Maas, Herrenkohl, & Sousa, 2008), sendo que crianças maltratadas apresentam maior probabilidade de comportamentos delinquentes do que crianças não-maltratadas (Canha, 2008; Currie & Tekin, 2012; English, 1998; Ford, 2006; Hawkins, et al., 2000; Kilpatrick & Saunders, 1999; Krug et al., 2002; Lima, 2006; Mersky & Reynolds, 2007; Pires & Miyazaki, 2005; Salzinger, et al., 2007; Scherer & Scherer, 2000; Shader, 2001; Smith, et al., 2005; Verrecchia, et al., 2011; Wasserman, et al., 2003; Widom & Maxfield, 1996; Widom & Maxfield, 2001).

Quanto à previsão da violência juvenil, o mau-trato e a negligência mostraram ser os tipos de maus-tratos mais consistentes (García, 2004; Lemmon, 2006; Maas, et al., 2008; Verrecchia, et al., 2011; Widom & Maxfield, 1996), tendo Mersky e Reynolds (2007) reforçado a relação entre mau-trato físico, negligência e delinquência violenta.

Contudo, Butaney, Pelcovitz e Kaplan (2011) referem que o conhecimento do nível de exposição a maus-tratos psicológicos, independentemente de o adolescente ter sido ou não abusado fisicamente, é o melhor preditor na determinação de futuros problemas de internalização ou externalização.

Neste sentido, os riscos para a saúde dos adolescentes associados aos maus-tratos deverão ser tidos em conta pois vítimas de abuso sexual apresentam 1,6 vezes mais probabilidades de se envolverem em consumos regulares e/ou excessivos de álcool, 1,8 vezes mais probabilidade de apresentarem hábitos tabágicos e 2 vezes mais probabilidade de consumirem drogas (Hussey, Chang, & Kotch, 2006), sendo que crianças negligenciadas têm 25% mais probabilidade de apresentarem comportamentos delinquentes, gravidez na adolescência, baixo rendimento escolar, problemas de saúde mental (Canha, 2008; Cid et al., 2010; Cotten, et al., 2011; English, 1998; Hussey, et al., 2006; Lima, 2006; Pires & Miyazaki, 2005; Scherer & Scherer, 2000; Smith, et al., 2005) e a envolver-se em comportamentos sexuais de risco, aumentando as probabilidades de contraírem uma doença sexualmente transmissível (Johnson, Rew, & Sternglanz, 2006, citado por Child Welfare Information Gateway, 2008).

A delinquência juvenil também pode ter como consequência a reclusão dos indivíduos, mostrando-se a negligência um preditor significativo ao invés do mau-trato físico e do abuso sexual (Grogan-Kaylor & Otis, 2003), contrariando pesquisas que sugeriam que crianças maltratadas fisicamente são mais propensas a envolver-se em comportamentos agressivos (English 1998). Isto sugere que as forças sociais que interagem com os indivíduos podem influenciar tanto ou mais o comportamento antissocial adulto que as experiências de maus-tratos na infância (Grogan-Kaylor & Otis, 2003), realçando a importância de considerar a forma como se interpreta o acontecimento, a influência das representações sociais e crenças, a importância das redes de apoio, bem como a fase de desenvolvimento em que ocorreu a vitimação.

Thornberry e colegas (2001, citado por Smith, et al., 2005), comparando crianças maltratadas e crianças não maltratadas, observaram que vítimas de maus-tratos limitados à infância não aumentaram significativamente o risco de resultados negativos no final da adolescência contudo, as que sofreram mau-trato físico e negligência na adolescência, estavam mais propensas a apresentar consequências mais graves e generalizadas no final da adolescência, realçando assim a idade como outro fator a ter em conta na relação entre maus-tratos e delinquência. Também Eckenrode e colaboradores (2001, citado por Smith, et al., 2005), com base numa amostra de

crianças e mães, 15 anos após o nascimento, concluíram que crianças vítimas de maus-tratos persistentes e limitados à adolescência, apresentam comportamentos negativos significativamente mais cedo que crianças não maltratadas. Conclui-se então que, maus-tratos ocorridos durante a adolescência mostraram ser melhores preditores de comportamentos delinquentes do que os maus-tratos ocorridos na infância (Tillyer, 2012).

Ao contrário destas evidências, Mersky, Topitzes e Reynolds (2012), recorrendo aos dados dos 1,539 participantes do *Chicago Longitudinal Study*, concluíram que os maus-tratos na infância estavam associados à delinquência independentemente da existência de vitimação na adolescência e que os maus-tratos na adolescência estavam associados à delinquência independentemente da vitimação na infância, sugerindo que os maus-tratos aumentam o risco de comportamentos delinquentes independentemente da idade de vitimação (Mersky, et al., 2012).

No entanto, a importância dada à fase de desenvolvimento em que os maus-tratos ocorreram na previsão do comportamento violento e/ou delinquente, sugere que a idade pode ser tida em consideração pois vítimas mais velhas são mais aptas a compreender a motivação e intenção do agressor e a dar resposta, muitas vezes, com explosões graves de comportamento violento (Maas, et al., 2008).

Assim, quanto à vitimação por diferentes tipos de maus-tratos e ao agravar das consequências à medida que uma criança é re-vitimizada, a referência é unânime contudo, não é encontrada relação entre o início precoce e a recorrência dos maus-tratos (Hamilton, Falshaw, & Browne, 2002; Lemmon, 2006; Verrecchia, et al., 2011). A re-vitimização piora as consequências pois o incidente posterior tende a agravar os efeitos do anterior (Hamilton, et al., 2002). Importa ainda ter em consideração que o tipo de mau-trato vivenciado (e.g. sexual, emocional ou físico) e a gravidade do mesmo aumentam a probabilidade de perpetração de violência nos jovens (Currie & Tekin, 2012; García, 2004; Maas, et al., 2008).

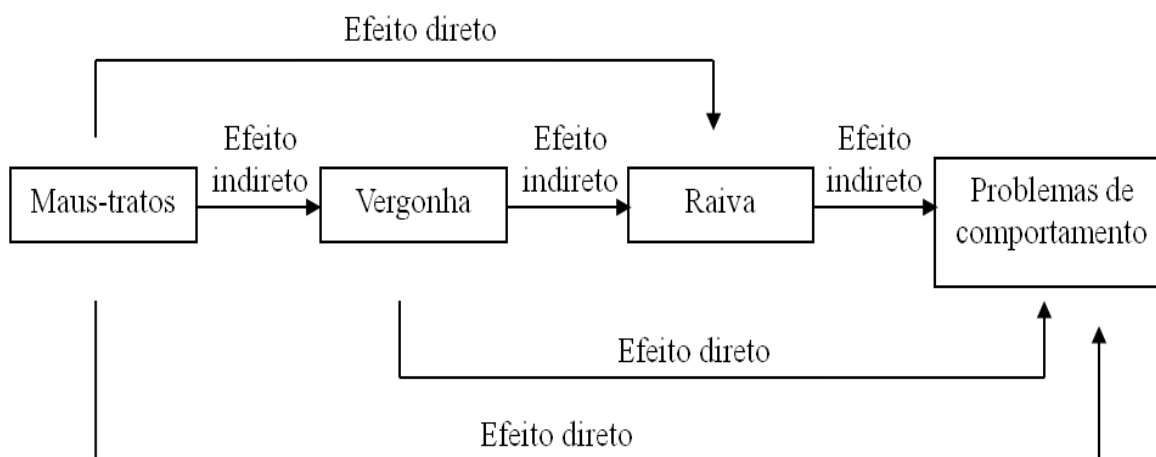
Outro dos fatores a ter em conta é o sexo das vítimas de maus-tratos pois as discrepâncias de estilos parentais para rapazes e raparigas podem levar a uma diferente disponibilidade para arriscar e/ou aceitar os riscos (Hadjar, Baier, Boehnke, & Hagan, 2007). As atitudes dos pais na educação dos filhos têm um grande impacto sobre os padrões de socialização parental e os diferentes caminhos de desenvolvimento dos sexos, o que contribui para a explicação das diferenças específicas no comportamento delinquente (Junger-Tas, Ribeaud, & Cruyff, 2004).

A pertinência da análise por sexo advém do facto de rapazes e raparigas serem diferencialmente controlados e apegados aos pais e, conseqüentemente, o processo de socialização diferir, sendo os níveis de internalização de normas e consciência importantes (e.g. vergonha) (Svensson, 2004).

Svensson (2004) demonstrou que os rapazes tendem a apresentar mais comportamentos delinquentes que as raparigas, não só porque o nível de apego e controlo dos pais é inferior nos rapazes mas também porque as raparigas sentem mais vergonha perante pessoas significativas que os rapazes, nomeadamente no reconhecimento do cometimento de um crime. No mesmo sentido, Bennett, Sullivan e Lewis (2005) realizaram um estudo com 177 crianças, entre os 3 e 7 anos, e respetivas mães, das quais 90 tinham história de negligência e /ou mau-trato físico, com vista à análise de um modelo em que a vergonha medeia a potencial relação entre maus-tratos e raiva e a raiva medeia a potencial relação entre a vergonha e os problemas de comportamento (Figura 1).

Figura 1.

Modelo preditor dos problemas de comportamento em função do mau-trato, vergonha e raiva (Bennett, Sullivan, & Lewis, 2005)



A raiva mostrou ser um mediador importante da vergonha e dos problemas de comportamento contudo, deve ter-se em conta que existem diferenças individuais que influenciam esta relação (e.g. algumas crianças maltratadas não evidenciam vergonha e nem problemas de comportamento). Assim, com base no referido anteriormente, para além da raiva e da vergonha também o tipo de maus-tratos e a idade da criança na altura

da vitimação são fatores importantes para explicar a variação individual na adaptação pós-vitimação (Bennett, et al., 2005).

Wong, Slotboom e Bijlevel (2010) fizeram uma revisão de 30 estudos europeus acerca dos fatores de risco para a delinquência em mulheres adolescentes e adultas. Para se certificarem que incluíam todos os estudos que consideravam a delinquência feminina, publicados ou não, contactaram criminologistas de países europeus como a Holanda, Bélgica, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Polónia, Espanha, Suíça, Eslovénia e Hungria, utilizando vários critérios para a seleção dos estudos: 1) os estudos tinham que avaliar o comportamento delinquente e não simplesmente um comportamento "arriscado"; 2) se os estudos incluíssem pessoas do sexo masculino, era essencial que o sexo feminino fosse analisado separadamente; 3) era necessário que os estudos também considerassem pessoas do sexo feminino não-delinquentes; 4) apenas foram selecionados estudos em que a amostra tivesse entre os 12 e os 25 anos de idade, tendo sido incluídos alguns estudos que diziam respeito a mulheres adultas pois a delinquência na adolescência ou na idade adulta jovem era explicitamente abordada e 5) só os estudos publicados de 1984-2009 foram selecionados. Estes autores concluíram que as mulheres são mais afetadas por fatores do contexto social, nomeadamente eventos de vida negativos e mau-trato físico por parte dos pais (Wong, et al., 2010).

Recorrendo aos dados de uma pesquisa nacional dos EUA, com adolescentes do sexo masculino, Brezina (2010) verificou que a raiva está positivamente associada a atitudes que favorecem a agressão, podendo ter um efeito direto no comportamento agressivo mesmo após o controlo de atitudes relevantes.

As crenças como potenciais mediadoras da relação entre maus-tratos e delinquência

Tendo em conta que as atitudes são uma combinação de crenças, sentimentos ou avaliações e alguma predisposição para agir em consonância, a maior parte das nossas interações sociais depende do modo como compreendemos a situação na qual ocorrem (Gleitman, Fridlund, & Reisberg, 2007), considerando-se crenças normativas as próprias cognições dos indivíduos quanto à aceitabilidade ou inaceitabilidade de um comportamento e que servem para regular ações, prescrevendo a gama de comportamentos permitidos e proibidos, sendo que se espera que estas crenças sejam universais para todas as culturas (Huesmann & Guerra, 1997).

Quando falamos em maus-tratos referimo-nos a determinados tipos de comportamentos que ao longo da História nem sempre foram criminalizados, pelo que persistem ainda hoje influências culturais e sociais que inquinam os diferentes olhares sobre esta temática e, portanto, prejudicam a identificação dos casos (Magalhães, 2005).

As mudanças culturais e as transformações nos sistemas de valores e das relações sociais influenciaram as crenças sobre a violência, condicionando a forma como o indivíduo age e contribuindo para a legitimação da agressão (física ou simbólica) como forma de resolver os conflitos de interesses, ao invés da comunicação, negociação e acordos (Cauffman, Feldman, Jensen, & Arnett, 2000; Guimarães & Campos, 2007). Neste sentido, existe uma disposição cultural para considerar fenómenos de violência explícita (e.g. maus-tratos físicos a crianças) como sendo, além de frequentes, naturais e banais, tornando-os uma vivência do quotidiano (Guimarães & Campos, 2007).

A deficiente identificação deste tipo de comportamento deve-se em parte às vítimas que não identificam como abusivos determinados comportamentos a que são sujeitas, à sociedade em geral e a alguns profissionais pela incerteza quanto à ilegalidade ou ilegitimidade de certos comportamentos, não os sinalizando às entidades competentes e à prevalência da antiquada ideia de que não se deve interferir em questões familiares (Magalhães, 2005). A legitimação da violência pode então levar à perpetração e agravamento de comportamentos violentos no relacionamento com os outros, podendo haver reciprocidade de comportamentos e atitudes (Machado, Matos, & Moreira, 2003).

O estudo realizado por Capezza e Arriaga (2008) teve implicações importantes na compreensão das perceções de agressão pois examinou as perceções a partir de diversos níveis de agressão física para avaliar em que ponto o autor e os conflitos são vistos de forma negativa e aborda o modo como a agressão psicológica é percebida. Assim, concluíram que os indivíduos não consideraram a agressão psicológica tão grave ou negativa como a agressão física, apesar de reconhecerem que os comportamentos de agressão psicológica são inaceitáveis.

A violência doméstica, como conceito mais abrangente dos maus-tratos a crianças, apresenta uma determinação complexa, consequência da interação entre fatores culturais, sociais e características individuais dos cuidadores e das crianças (Machado, Sani, & Oliveira, 2010; Ricas, Donoso, & Gresta, 2006). Se por um lado existem contextos mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento da violência por outro, o que é representado como violência “deriva” igualmente da realidade da violência. Ou seja,

violência que inicialmente se constitui a partir de um contexto propício produz, ou pode produzir, violência como lógica de intervenção (Porto, 2006).

Segundo Viano (2000, citado por Magalhães, 2005) podem-se considerar quatro níveis de vitimação tendo em conta a influência do contexto sociocultural, sendo que os dois primeiros níveis têm principal interesse pois traduzem diferentes tipos de percepção do mau-trato por parte das vítimas:

- Primeiro nível: a pessoa experimenta um dano e sofrimento causado por outro, sem se auto-reconhecer como vítima. Relacionado com questões de ordem cultural (tradição, credos e mitos), leva as vítimas a submeterem-se a comportamentos violentos mas que aprenderam a interpretar como normais (e.g. é normal que o meu pai me bata pois eu porto-me mal) e a considerar a agressividade instalada no ambiente familiar normal (e.g. brigas entre pais e filhos são normais).
- Segundo nível: algumas dessas pessoas entendem o dano como injusto e sentem-se vítimas contudo, não têm capacidade para assumirem publicamente essa vitimação, influenciadas pelos fatores culturais e/ou sentimentos de medo. Os fatores culturais justificam a tolerância pública face a este fenómeno e o sentimento de vergonha por parte da vítima, de todo abstrato pois a revelação da vitimação pode constituir um risco de estigmatização ou de exclusão social de pares (e.g. vítima de abuso sexual ser falada pelos colegas). No mesmo sentido, os sentimentos de medo relacionados com a especial vulnerabilidade da criança causam-lhe a insegurança e o receio das consequências, seja pelo controlo por ameaça (e.g. se contares a alguém nem sabes o que te acontece) ou pela dependência (e.g. se contares a alguém deixarás de ter o que queres).
- Terceiro nível: outras sentindo-se lesadas ou vitimizadas, tentam encontrar alguém que reconheça essa vitimização e o dano sofrido.
- Quarto nível: aquelas que encontraram reconhecimento para o seu estatuto de vítima e tornam-se “oficialmente” vítimas, podendo beneficiar de vários tipos de apoio.

Deste modo, conclui-se que os factores culturais influenciam também o olhar dos diferentes profissionais sobre comportamentos cujos limites são difíceis de estabelecer, como é o caso dos castigos corporais considerados aceites como medidas educativas, justificáveis pelo “poder da correção” e que não deixa de ser um vestígio cultural dos

castigos corporais enquanto método pedagógico (Magalhães, 2005). Esta aceitação dos castigos corporais como forma de disciplina contribui para que os maus-tratos físicos a crianças continuem a ser um problema (Gracia & Herrero, 2008). Importa realçar que atualmente, em Portugal, os castigos corporais são punidos por lei nos artigos 152º (Violência doméstica) e 152ºA (Maus-tratos) do Código Penal Português (Código Penal e Legislação Complementar, 2010).

Conclui-se então que o problema da definição do mau-trato no quadro das diferenças culturais nas práticas de educação prende-se com o facto de estas poderem ser vistas como aceitáveis numa cultura e noutra não (Calheiros, 2002). Existem atos que podem ser prejudiciais para a criança mas por serem tão frequentes representam a norma, não sendo considerados mau-trato (e.g. algumas formas de punição corporal) e existem outros que, mesmo não colocando a criança em risco, são considerados mau-trato pois não são aceites pela maioria da população (Calheiros, 2002).

Adicionalmente, autores como Heise (1994), Machado, Matos e Moreira (2003) e Machado, Sani e Oliveira (2010) defenderam que a preservação da privacidade familiar é uma das crenças que mais legitima a violência, sendo que a violência ocorrida em casa tem que ser resolvida em casa, sem interferência de ninguém. No estudo de McLaren (2010) alguns dos inquiridos também consideraram que a forma como os pais tratam os seus filhos e como os casais interagem dentro de casa, só a eles diz respeito contudo, esta crença de que o que as pessoas fazem na sua própria casa é apenas da sua conta está claramente em conflito com a crença de que a comunidade tem a responsabilidade coletiva de tomar medidas para manter as pessoas seguras, também obtida por este autor no seu estudo.

Esta legitimação cultural contrapõe-se à ideia de reconhecimento da criança como um indivíduo com vontades próprias e direito ao exercício da cidadania, variando conforme as exigências, padrões e permissões de cada local, o que se configura como uma dificuldade nas comparações de dados internacionais sobre maus-tratos, pois o que é considerado mau-trato não é igual em todos os países. Como exemplo, a questão da mutilação sexual realizada em vários países de África e do Médio Oriente e criminalizada em muitos outros (Ricas, et al., 2006).

Estas incongruências contribuíram para que, em 1993, o *National Research Council* (EUA) identificasse sete fatores que podem afetar as definições de mau-trato e negligência e que requerem mais investigação: consequências do ato; frequência do ato;

gravidade do ato; culpabilidade do perpetrador; intenção do dano; nível de desenvolvimento da criança e fatores culturais (Portwood, 1999).

Os pais maltratantes tendem a ter expectativas rígidas e irreais para as crianças, o que os leva a atribuir intenções hostis a determinados comportamentos das crianças e a definir uma ampla gama de maus comportamentos. Tal facto deixa-os irritados, levando a que adotem padrões menos eficientes e eficazes na resolução de problemas, tornando-se um problema de processamento cognitivo agravado pela excitação emocional. Estes fatores combinados com o uso de estilos parentais geralmente coercivos (Slep & O'Leary, 2001) e com as crenças de que a disciplina física é normativa e socialmente aceite (Huesmann & Guerra, 1997) contribuem para a perpetração dos maus-tratos.

Relativamente à representação social da violência, também existem diferenças entre homens e mulheres. O sexo feminino tem uma perceção da violência mais ligada às microrrelações de poder, inerente à pessoa e às relações interpessoais, presente principalmente no contexto familiar e resultante das dificuldades de reflexão e diálogo perante os conflitos. Por outro lado, o sexo masculino apresenta uma visão socialmente mais ampla da violência, direcionada para as causas e condições que a favorecem e destacando-a como um fenómeno socialmente localizado e determinado (Guimarães & Campos, 2007). Estas diferenças entre sexos podem ainda ser observadas no que respeita às crenças e atitudes favoráveis ao comportamento delinquente, sendo que estas são mais consistentes na previsão da violência em homens (Williams, 1994, citado por Hawkins, et al., 2000).

Segundo o estudo de Cauffman e colegas (2000), tanto a violência contra colegas como contra namorados é inaceitável contudo, os participantes consideram-na mais aceitável se for em autodefesa ou defesa de outro. Relativamente ao sexo dos participantes, este também influenciou os resultados pois só existe correlação entre atitudes face à violência e comportamento violento em ambos os sexos quando se trata da violência contra colegas. Na violência contra namorados, esta correlação só existe no sexo feminino (Cauffman, et al., 2000).

Ao comparar-se crianças sem história de exposição à violência e crianças em que esta era parte integrante das suas vidas, verificou-se que o primeiro grupo apresentou crenças mais distorcidas sobre a violência interpessoal (e.g. quando se bate em alguém é porque essa pessoa fez algo errado). Tal facto, leva a pensar que a experiência de exposição à violência pode não só apoiar a construção tendencial de algumas ideias sobre a violência (e.g. baseadas em diferenças de género ou etárias), mas também

favorecer a desconstrução de ideias preconcebidas e mal fundamentadas (e.g. o alcoolismo como causa da violência) (Sani, 2007).

A existência de crenças acerca da violência e da aprovação da agressão pode afetar a forma como as crianças percebem o comportamento dos outros pois, perante alguma hostilidade do outro, a criança poderá recuperar *scripts* agressivos para o comportamento social e apresentar mais propensão para reagir agressivamente (Huesmann & Guerra, 1997). Consequentemente, Calvete (2007) concluiu que adolescentes maltratados, apresentando elevados níveis de justificações para a violência, estão muito mais associados a comportamentos mais agressivos e delinquentes.

No mesmo sentido, Carroll-Lind, Chapman e Raskauskas (2011) valorizaram as perspetivas das crianças e reconheceram que estas detêm a percepção mais válida das suas experiências, seja como vítimas ou testemunhas de violência. Estes autores, no seu estudo, constataram ainda que, à exceção da vitimação sexual, presenciar violência contra os outros foi percebida pelas crianças como tendo mais impacto que a violência dirigida a elas próprias.

Neste sentido, Thornberry, Knight e Lovegrove (2012) realizaram uma revisão sistemática de 47 estudos que testavam a hipótese do ciclo de maus-tratos, recorrendo a 11 critérios metodológicos (e.g. representatividade da amostra, medidas válidas e confiáveis), concluindo que a hipótese do ciclo de maus-tratos postula os maus-tratos como um fator de risco para perpetração de maus-tratos contudo, a literatura metodologicamente fraca não fornece um teste definitivo, tornando-se imperativo desenvolver avaliações mais robustas e metodologicamente adequadas (Thornberry, et al., 2012).

As crenças enquanto fruto das especificidades culturais

Apresentadas diversas demonstrações empíricas que apontam para as crenças como fatores de legitimação dos comportamentos agressivos e, consequentemente, como mediadoras da relação entre maus-tratos e delinquência, importa agora abordar as possíveis especificidades culturais que poderão influenciar essa mesma relação, no concelho de Moura.

Segundo Gleitman, Fridlund e Reisberg (2007), as atitudes causam o comportamento como resultado dos sentimentos e crenças contudo, em algumas circunstâncias, esses sentimentos e crenças derivam das nossas ações. Culturas que vivem da agricultura ou da pastorícia tendem a dar importância à obediência, à

conformidade e à responsabilidade na educação dos filhos com vista ao ajuste da criança ao papel adulto na proteção e ampliação do seu legado agrícola (Gleitman, et al., 2007).

Um estudo realizado, com base numa amostra de 488 rapazes entre os 14 e 18 anos de idade, pretendeu analisar as relações entre características estruturais e sociais da vizinhança, práticas parentais, filiação em grupos de pares e delinquência. Os autores obtiveram então que a perceção da desorganização social, principalmente em jovens, tem como consequências a instabilidade associada à baixa coesão social e a concentração de pobreza associada a um nível mais elevado de desordem no bairro. Concluíram ainda que os baixos níveis de organização social no bairro estão indiretamente relacionados com níveis elevados de jovens delinquentes, pelas suas ligações a práticas parentais ineficazes e grupo de pares desviantes (Chung & Steinberg, 2006).

O facto de o Alentejo ser uma região de fortes costumes e convicções, associados a um elevado nível de população envelhecida, poderá contribuir para que determinados tipos de maus-tratos se manifestam mais que outros, muitas vezes resultantes daquilo que são as crenças características desta região. Dificuldades económicas, educação com regras rígidas, abandono escolar associado à necessidade de trabalhar e contribuir para a casa, alimentos controlados e condutados com períodos de grande carência e o campo com principal fonte de recursos e rendimentos associado a más temporadas de colheita, moldaram e influenciaram crenças e atitudes que ainda hoje se encontram no Alentejo, sendo frequente ouvir expressões como “Comecei a trabalhar com 12 anos e não morri por isso”; “Umas palmadas nunca fizeram mal a ninguém, eu cheguei a levar sovas do meu pai com o cinto e estou aqui”; “As coisas não caem do céu por isso há-que aprender a dar valor ao que se tem e a trabalhar pelo que se quer”.

Objetivos

Segundo dados da CPCJ de Moura relativos a 2012, as problemáticas mais reportadas são, por ordem decrescente, o Abandono Escolar, a Negligência e a Violência Doméstica. Tendo por base estas estatísticas e as possíveis especificidades culturais do Alentejo pretende-se realizar dois estudos. O Estudo 1 permitirá concretizar os objetivos relativos à relação entre maus-tratos e comportamentos delinquentes, especificamente: 1) verificar se a relação entre maus-tratos e comportamentos delinquentes se replica em jovens do concelho de Moura e 2) verificar se existem

diferenças entre sexos quanto ao tipo de mau-trato e existência de comportamento delinquente. No Estudo 2 pretende-se verificar se as crenças encontradas em estudos anteriores para legitimar o recurso à violência sobre crianças e jovens se manifestam em crianças e jovens do concelho de Moura. Para isso, definiram-se como objetivos específicos: 1) caracterizar as crenças mais comuns em jovens do concelho de Moura e 2) verificar se existem diferenças entre sexos quanto às crenças apresentadas.

Método

Estudo 1

Participantes

A amostra, constituída por 102 jovens (N=102), resulta de uma seleção por conveniência, tendo como critério a existência de história de maus-tratos e/ou de comportamentos delinquentes, realizada na CPCJ de Moura, relativamente a processos de promoção e proteção em execução desde o ano de 2012 e até Maio de 2013.

Os participantes têm idades entre os 1 e 18 anos de idade (M= 11.18; DP= 4.35), sendo que 62 (60,8%) são do sexo masculino e 40 (39,2%) são do sexo feminino.

Instrumentos

Tratando-se de uma recolha de dados a partir dos processos de promoção e proteção, selecionando casos em que existe história de maus-tratos e/ou comportamentos delinquentes e estando essa informação referenciada nos processos, foi criada uma grelha para auxiliar na recolha e organização dos dados (Anexo A), constituída pelos seguintes itens: 1) número de participante; 2) número de processo; 3) sexo; 4) idade; 5) problemática; 6) existência de maus-tratos e 7) existência de comportamentos delinquentes.

O número de processo foi registado para o caso de ser necessária uma nova consulta do processo contudo, e tratando-se de uma informação confidencial, não foi incluída na base de dados do SPSS. A problemática refere-se ao comportamento sinalizado enquanto os itens 6) existência de maus-tratos e 7) existência de comportamentos delinquentes tratam-se de dicotomias sim/não para simplificar a interpretação no caso de existirem maus-tratos e comportamentos delinquentes, isto é, várias problemáticas.

Procedimento

Para obtenção dos dados necessários à realização do estudo, procedeu-se à consulta de processos de promoção e proteção da CPCJ de Moura, tendo-se apenas selecionado processos em execução no ano de 2012 e até Maio de 2013. Contudo, antes dessa consulta e para que tal fosse possível, foi realizado um pedido de autorização formal a esta entidade onde se apresentava um pequeno resumo do projeto, expunham objetivos da investigação e referia-se qual a metodologia de recolha de dados a adotar.

Após deferimento do pedido, procedeu-se à recolha dos dados pretendidos. A história de maus-tratos considerou-se a partir da problemática pela qual o jovem foi

sinalizado e que consta no processo de promoção e proteção e por comportamentos delinquentes entendem-se todos os comportamentos que ocorrem à margem da lei, caracterizando uma infração ou conduta prejudicial a alguém ou mesmo à sociedade como um todo, incidindo sobre jovens que praticaram factos qualificados pela lei como crime.

Após recolha dos dados, recorreu-se ao programa estatístico SPSS 19 (*Statistical Program for the Social Sciences*) para tratamento e análise dos dados, necessários à concretização dos objetivos.

Estudo 2

Participantes

A amostra, constituída por 13 jovens (N=13), resulta de uma seleção por conveniência de jovens abordados que aceitaram participar no estudo, tendo por base jovens do concelho de Moura sem processo de promoção e proteção abertos na CPCJ de Moura.

Os participantes têm idades entre os 10 e 18 anos de idade (M= 13.38; DP= 2.87), sendo que 7 (53,8%) são do sexo masculino e 6 (46,2%) são do sexo feminino.

Instrumentos

Para realização do estudo foi utilizada a *Escala de Crenças da Criança sobre a Violência* (ECCV), construída e validada por Sani em 2003, para crianças e jovens portugueses com idades entre os 10 e 18 anos de idade (Sani, 2003). Esta procura avaliar algumas das crenças que as crianças e jovens possam ter relativamente à violência interpessoal (sobretudo física e psicológica), independentemente das situações fazerem parte das suas vidas ou não. Este instrumento é composto por 32 itens, que apresentam um formato de resposta tipo *likert*, com quatro opções de resposta variando de uma menor (1) a uma maior (4) distorção cognitiva: 1 – não concordo; 2 – concordo pouco; 3 – concordo e 4 – concordo muito. De referir os itens 3, 27 e 32 que são de cotação invertida, alterando a sua interpretação (Machado, Sani, & Oliveira, 2010).

Aquando da validação da ECCV, Sani (2003) obteve um alfa de Cronbach de .86, tendo-se diferenciado quatro fatores: a) determinantes socioculturais (abrange as diferenças históricas e culturais que podem originar violência); b) determinantes individuais (integra a diversidade de razões pessoais que podem servir de fundamento e desculpabilização para o exercício de violência entre indivíduos); c) determinantes

educativos (remete para a ideia de que a violência é justificada quando para punir e educar); d) etiologia da violência (integra as crenças sobre a origem da violência segundo fundamentos biológicos e psicossociais, a violência é inata e não adquirida e não resulta das diferenças entre indivíduos), com alfas de Cronbach a variar entre os .54 e .77.

A pontuação total mínima é 32 e a máxima 128, sendo que uma pontuação alta significa que a criança possui uma elevada concordância com as alíneas e, consequentemente, maior tendência para apresentar crenças errôneas (Sani, 2003).

Procedimento

Os jovens que compõem a amostra foram abordados em locais como o jardim, esplanadas e campo de jogos, tendo sido incluídos no estudo após recolha de consentimento informado para participar.

Após solicitação aos jovens para participar no estudo, clarificou-se qual o objetivo do mesmo, bem como o instrumento a utilizar, a Escala de Crenças da Criança sobre a Violência (ECCV) e reforçou-se o anonimato e confidencialidade dos dados.

No caso dos participantes com 18 anos, após preenchimento do Consentimento Informado, a resposta à ECCV foi feita individualmente e na presença do investigador. Aos menores de idade, tendo o Consentimento Informado de ser preenchido pelos Encarregados de Educação ou Tutores Legais e não estando estes presentes, foi-lhes entregue a ECCV para responderem em casa e entregarem posteriormente.

Após recolha dos dados, recorreu-se ao programa estatístico SPSS 19 (*Statistical Program for the Social Sciences*) para tratamento e análise dos dados, necessários à concretização dos objetivos.

Resultados

Estudo 1

Com base nos dados recolhidos, é possível caracterizar a amostra quanto à existência de história de maus-tratos e/ou comportamento delinquentes. Para tal, realizou-se uma análise de frequências e concluiu-se que dos 102 jovens, 80 (78,4%) foram vítimas de maus-tratos e 27 (26,5%) manifestaram comportamentos delinquentes, como demonstrado nas tabelas 1 e 2, respetivamente.

Tabela 1

Análise da variável “existência de maus-tratos”

	n	%
Sim	80	78.4
Não	22	21.6
Total	102	100.0

Tabela 2

Análise da variável “existência de comportamentos delinquentes”

	n	%
Sim	27	26.5
Não	75	73.5
Total	102	100.0

Importa então referir que a problemática que consta no processo de promoção e proteção é aquela que levou à sinalização e poderá não existir referência a outras problemáticas. Isto é, se uma criança for sinalizada por negligência, a existência de comportamentos delinquentes poderá não constar no processo caso tenha sido anterior à abertura do processo e/ou não tenha existido sinalização.

Inicialmente obtiveram-se 17 codificações para os tipos de maus-tratos, resultantes das problemáticas definidas nos processos de promoção e proteção. Contudo, para uma análise mais objetiva e simplificada procedeu-se à recodificação desta variável, agrupando os tipos de maus-tratos em sub-grupos mais abrangentes, obtendo-se três tipos de maus-tratos: 1) negligência; 2) exposição a modelos de comportamento desviante e 3) práticas abusivas. Na tipologia “negligência” enquadraram-se também a

ausência temporária de suporte familiar e a falta de supervisão e acompanhamento familiar e nas “práticas abusivas” enquadraram-se os maus-tratos físicos, os maus-tratos psicológicos e o abuso sexual.

Posto isto, e tratando-se o tipo de mau-trato de uma variável nominal, recorreu-se à análise das frequências para verificar quais os tipos de maus-tratos sinalizados à CPCJ de Moura. Assim, tal como demonstra a tabela 3, os tipos de maus-tratos mais recorrentes são a negligência (45,1%) e a exposição a modelos de comportamento desviante (18,6%), sendo que existem 21,6% que não apresentam história de maus-tratos.

Tabela 3

Tipos de maus-tratos sinalizados à CPCJ de Moura

	n	%
Negligência	48	47.1
Exposição a modelos de comportamento desviante	19	18.6
Práticas abusivas	13	12,7
Não se aplica	22	21.6
Total	102	100.0

Com o objetivo de verificar se a relação entre maus-tratos e comportamentos delinquentes se replica, começou-se por relacionar a existência de vitimação por maus-tratos com a existência de comportamentos delinquentes. Para tal, aplicou-se o teste do Qui-quadrado, verificando-se uma associação significativa entre as duas variáveis. Com base na tabela 4, conclui-se que a maioria das vítimas de maus-tratos não apresenta comportamentos delinquentes (93.8%), sendo que apenas 6.3% apresentam comportamentos delinquentes.

Tabela 4

Relação entre ser vítima de maus-tratos e apresentar comportamentos delinquentes

		Existência de maus-tratos		$X^2(1)= 77.92 \quad p=.000$
		Sim	Não	
Existência de comportamentos delinquentes	Sim	5 (6.3%)	22 (100.0%)	
	Não	75 (93.8%)	0	
	Total	80 (100.0%)	22 (100.0%)	

Com o objetivo de analisar qual o tipo de mau-trato mais associado à manifestação de comportamentos delinquentes, recorreu-se ao teste do Qui-Quadrado e obteve-se uma associação significativa entre o tipo de mau-trato e a existência de comportamentos delinquentes. Como demonstra a tabela 5, apenas as vítimas de negligência apresentam comportamentos delinquentes (10.4%).

Tabela 5

Manifestação de comportamentos delinquentes consoante o tipo de mau-trato

		Tipo de mau-trato			$\chi^2(3)= 78.99 \quad p=.000$
		Negligência	Exposição a		
			modelos de comportamento desviante	Práticas abusivas	
Existência de comportamentos delinquentes	Sim	5 (10.4%)	0	0	
	Não	43 (89.6%)	19 (100.0%)	13 (100.0%)	
	Total	48 (100.0%)	19 (100.0%)	13 (100.0%)	

Com vista à verificação da existência de diferenças entre sexos quanto ao tipo de mau-trato de que foram vítimas, recorreu-se ao teste do Qui-Quadrado tendo-se obtido uma associação significativa entre as variáveis. Analisando a tabela 6 é possível concluir que o sexo masculino apresenta maior percentagem de vitimação por negligência (60.4%) e por práticas abusivas (53.8%) enquanto as vítimas do sexo

feminino se mostraram mais afetadas pela exposição a modelos de comportamento desviante (73.7%).

Tabela 6

Diferenças entre sexos quanto ao tipo de mau-trato

		Tipo de mau-trato			$\chi^2 (3)= 20.83; p=.000$
		Negligência	Exposição a		
			modelos de comportamento desviante	Práticas abusivas	
Sexo	Masculino	29 (60.4%)	5 (26.3%)	7 (53.8%)	
	Feminino	19 (39.6%)	14 (73.7%)	6 (46.2%)	
	Total	48 (100.0%)	19 (100.0%)	13 (100.0%)	

Por fim, e com o objetivo de verificar a existência de diferenças entre sexos quanto à existência de comportamentos delinquentes, utilizou-se o teste do Qui-Quadrado que permitiu verificar a existência de uma associação significativa entre as variáveis. O sexo masculino apresenta uma maior percentagem de comportamentos delinquentes (41.9%) que o sexo feminino (2.5%), tal como demonstra a tabela 7.

Tabela 7

Diferenças entre sexos quanto à existência de comportamentos delinquentes

		Existência de comportamentos delinquentes		$\chi^2 (1)= 19.43; p=.000$
		Sim	Não	
Sexo	Masculino	26 (41.9%)	36 (58.1%)	
	Feminino	1 (2.5%)	39 (97.5%)	
	Total	27 (26.5%)	75 (73.5%)	

Estudo 2

Com vista à caracterização da amostra relativamente às pontuações totais obtidas na ECCV, procedeu-se a uma estatística descritiva e, tal como é possível observar na tabela 8, estas variam entre os 35 e os 87 ($M=56.23$; $DP=15.303$).

Tabela 8

Média das pontuações totais da ECCV

	Pontuação total da ECCV
Média	56.23
Desvio Padrão	15.303
Mínimo	35
Máximo	87

Com o objetivo de verificar quais as crenças sobre a violência mais comuns em jovens do concelho de Moura, procedeu-se à análise da média das pontuações obtidas em cada fator da ECCV. Analisando a tabela 9, conclui-se que a etiologia da violência e os determinantes individuais são os mais utilizados para legitimar a violência, seguidos dos determinantes socioculturais e dos determinantes educativos.

Tabela 9

Média das pontuações de cada fator da ECCV

	Determinantes socioculturais	Determinantes individuais	Determinantes educativos	Etiologia da violência
Média	1,51	2,00	1,42	2,26
Desvio Padrão	0,614	0,586	0,524	0,884

Confirmada a normalidade da distribuição das variáveis dependentes em ambos os sexos, recorreu-se ao teste *t Student* com o objetivo de verificar a existência de diferenças entre sexos quanto às crenças apresentadas. Contudo, verificou-se não existirem diferenças significativas entre o sexo dos participantes e os determinantes socioculturais ($t(7.70)=1.710$; $p=0.127$), os determinantes individuais ($t(11)=1.497$;

$p=0.162$), os determinantes educativos ($t(6.90)=1.410$; $p=0.202$) e a etiologia da violência ($t(11)=0.964$; $p=0.356$).

Discussão

Antes de se proceder à análise dos dados obtidos no estudo e confrontá-los com os encontrados na literatura, importa recordar quais os objetivos específicos em estudo. No Estudo 1 pretendia-se: 1) verificar se a relação entre maus-tratos e comportamentos delinquentes se replica em jovens do concelho de Moura e 2) verificar se existem diferenças entre sexos quanto ao tipo de mau-trato e existência de comportamento delincente. No Estudo 2 pretendia-se: 1) caracterizar as crenças mais comuns em jovens do concelho de Moura e 2) verificar se existem diferenças entre sexos quanto às crenças apresentadas.

Relativamente à relação entre maus-tratos e comportamentos delinquentes, várias são as demonstrações empíricas encontradas na literatura que defendem que crianças maltratadas apresentam maior probabilidade de apresentarem comportamentos delinquentes do que crianças não-maltratadas (e.g. Canha, 2008; Currie & Tekin, 2012; English, 1998; Ford, 2006; Hawkins, et al., 2000; Kilpatrick & Saunders, 1999; Krug et al., 2002; Lima, 2006; Mersky & Reynolds, 2007; Pires & Miyazaki, 2005; Salzinger, et al., 2007; Scherer & Scherer, 2000; Shader, 2001; Smith, et al., 2005; Verrecchia, et al., 2011; Wasserman, et al., 2003; Widom & Maxfield, 1996; Widom & Maxfield, 2001). Também Brezina (1998) demonstrou que os maus-tratos de adolescentes originam comportamentos delinquentes e, mais tarde, Falshaw (2005), realizando estudos retrospectivos no Reino Unido e prospetivos nos EUA, comprovou que uma história de maus-tratos é um fator de risco significativo para o comportamento criminoso.

Contudo, e tendo por base os resultados obtidos neste estudo, conclui-se que apesar de existir uma associação significativa entre maus-tratos e comportamentos delinquentes, a maioria das vítimas de maus-tratos não apresentou comportamentos delinquentes e as que não foram vítimas de maus-tratos todas apresentaram comportamentos delinquentes.

Segundo a Teoria do Controlo Social, os indivíduos têm uma tendência natural para os comportamentos delinquentes e para a violência, não se encontrando a vitimação por maus-tratos diretamente relacionada com este tipo de comportamento (Hirschi 1969, citado por Currie & Tekin, 2012). Comparando crianças maltratadas e crianças não-maltratadas, vítimas de maus-tratos limitados à infância não aumentaram significativamente o risco de resultados negativos (Thornberry, et al., 2001, citado por Smith, et al., 2005), sendo que os maus-tratos ocorridos na adolescência se mostraram melhores preditores do comportamento delincente (Tillyer, 2012).

Relativamente ao tipo de mau-trato que está mais relacionado com a exibição de comportamentos delinquentes, Rebellon e Gundy (2005) referem que o mau-trato físico ocorrido na adolescência apresenta uma forte relação com a adoção de comportamentos delinquentes contudo, no presente estudo, a negligência mostrou ser o tipo de mau-trato onde se verifica uma maior percentagem de casos de comportamentos delinquentes, apoiando-se a hipótese do ciclo de violência (e.g. DePadilla, et al., 2012; Mersky & Reynolds, 2007; Scherer & Scherer, 2000) que pressupõe que a probabilidade de apresentar comportamentos delinquentes se relaciona com a história de negligência na infância. Também no estudo de Grogan-Kaylor e Otis (2003) a negligência se mostrou um preditor significativo da delinquência juvenil, ao invés do mau-trato físico e do abuso sexual (no presente estudo enquadrados na tipologia práticas abusivas).

Quanto às diferenças entre sexos no que se refere ao tipo de mau-trato, a pertinência desta análise advém do facto de rapazes e raparigas serem diferencialmente controlados e apegados aos pais e, conseqüentemente, o processo de socialização diferir (Svensson, 2004). No presente estudo, a negligência mostrou ser mais recorrente em vítimas do sexo masculino enquanto o sexo feminino se mostrou mais afetado pela exposição a modelos de comportamento desviante. As discrepâncias de estilos parentais para rapazes e raparigas, os diferentes níveis de apego a pessoas significativas, nomeadamente pais e/ou adultos cuidadores e internalização de normas contribuem para que os rapazes tendencialmente se mostrem mais independentes e/ou considerados mais desenrascados enquanto as raparigas mais frágeis e contidas ao seio familiar (Hadjar, et al., 2007; Junger-Tas, et al., 2004; Svensson, 2004).

No que se refere à existência de comportamentos delinquentes, as diferenças entre sexos também são evidentes sendo que, tal como no estudo de Svensson (2004), também no presente estudo, os rapazes apresentaram mais comportamentos delinquentes que as raparigas.

A Teoria da Aprendizagem Social serve de base às teorias da transmissão intergeracional dos maus-tratos e sugere que testemunhar ou ser submetido a comportamentos violentos dentro da família predispõe as crianças a aceitar a violência como método eficaz de alcançar o que pretendem (Falshaw, 2005), tornando pertinente a consideração das representações sociais e crenças.

As pontuações totais obtidas na ECCV devem ser tidas em conta pois refletem a existência de crenças erróneas quanto à violência como recurso para resolução de problemas contudo, apesar de Moura se tratar de uma região com especificidades

culturais, a pontuação máxima obtida (87) está longe daquilo que é o valor máximo possível de obter e que indica a presença elevada de crenças que legitimam a violência (128). Quanto às crenças existentes nos jovens do concelho de Moura, as mais comuns prendem-se com a etiologia da violência e com os determinantes individuais.

Relativamente à representação social da violência, o sexo feminino tem uma perceção da violência mais inerente à pessoa e às relações interpessoais enquanto o sexo masculino apresenta uma visão mais ampla, direccionando a violência para as causas e condições que a favorecem e destacando-a como um fenómeno socialmente determinado (Guimarães & Campos, 2007). No presente estudo, o sexo masculino apresentou pontuações mais elevadas comparativamente ao sexo feminino e, tendo em conta que o fator etiologia da violência inclui as crenças que justificam a violência segundo fundamentos biológicos e psicossociais e os determinantes individuais as razões que fundamentam e desculpabilizam o comportamento violento (Sani, 2003), conclui-se que os resultados obtidos se aproximam do defendido por Guimarães e Campos (2007).

Conclusão

Tendo como ponto de partida a questão “Será que a relação entre maus-tratos e delinquência se replica no concelho de Moura, influenciada pelas crenças sobre a violência?”, definiram-se como objetivos gerais: 1) caracterizar a relação entre ser vítima de maus-tratos e apresentar comportamentos delinquentes e 2) verificar se as crenças encontradas em estudos anteriores para legitimar o recurso à violência se manifestam nas crianças e jovens do concelho de Moura.

Apesar da importância percebida e reconhecida que têm os fatores que podem provocar descontinuidade no desenvolvimento saudável das crianças e jovens, pôr em causa o seu bem-estar e ter repercussões nas suas vidas, nomeadamente na adoção de comportamentos de risco, denota-se ainda um certo constrangimento e tabu em abordar estes temas e encará-los como uma necessidade de intervenção. Neste sentido, e associado ao aumento dos números da delinquência juvenil em Portugal, torna-se pertinente a realização de estudos como este e que aborda a relação entre o ser vítima de maus-tratos e apresentar comportamentos delinquentes.

No concelho de Moura, e apesar dos constrangimentos inerentes ao reduzido número populacional, a CPCJ possui um volume processual suficiente que permitiu a concretização dos objetivos do estudo.

No que concerne à relação entre ser vítima de maus-tratos e apresentar comportamentos delinquentes descrita em diversos estudos empíricos (e.g. Canha, 2008; Currie & Tekin, 2012; English, 1998; Ford, 2006; Hawkins, et al., 2000), verificou-se que esta não se replica em jovens do concelho de Moura pois a maioria das vítimas de maus-tratos não apresentou comportamento delincente. Das vítimas de maus-tratos que apresentaram comportamentos delinquentes, todas tinham sido vítimas de negligência, uma das problemáticas mais sinalizadas à CPCJ de Moura.

Quanto às diferenças entre sexos, verificou-se que os rapazes apresentam maior percentagem de comportamentos delinquentes e maior índice de vitimação por negligência enquanto o sexo feminino é mais afetado pela exposição a modelos de comportamento desviante. É de referir como limitação a divergência entre o número de participantes do sexo masculino e feminino e a impossibilidade de diferenciar o tipo de comportamentos delinquentes por sexo, facto condicionado pela designação generalista da problemática de sinalização que consta nos processos de promoção e proteção.

Quanto ao papel das crenças na relação acima descrita, tendo em conta as pontuações totais obtidas na ECCV e as crenças mais comuns encontradas, é possível

concluir que existe alguma legitimação e desculpabilização do comportamento violento, essencialmente ligadas a fundamentos biológicos, que se pode transpor para a existência e manutenção de maus-tratos e, conseqüentemente, comportamentos delinquentes. Ou seja, esta legitimação da violência contribui para que vítimas de maus-tratos adotem este comportamento e o “transmitam” a gerações posteriores, podendo contribuir para o despoletar de comportamentos delinquentes, muitas vezes como forma de reação e/ou fuga à vitimação.

Autores como Heise (1994), Machado, Matos e Moreira (2003) e Machado, Sani e Oliveira (2010) defenderam que a preservação da privacidade familiar é uma das crenças que mais legitima a violência, sendo que a violência ocorrida em casa tem que ser resolvida em casa, sem interferência de ninguém e, tendo por base os resultados obtidos, conclui-se que as crianças e jovens de Moura manifestam algumas das crenças encontradas em estudos anteriores (e.g. a violência ocorrida em casa tem de ser resolvida em casa; a forma como os pais tratam os filhos só a eles lhe diz respeito).

Contudo, o facto da dimensão da amostra do Estudo 2 ser muito reduzida constitui uma enorme limitação pois constrange a interpretação e, principalmente, a generalização de resultados. A necessidade de alguns jovens levarem a ECCV para preencher em casa também se apresentou como limitação pois não é possível controlar a possível existência de influência parental.

Sani (2007), ao comparar crianças sem história de exposição à violência e crianças em que esta era parte integrante das suas vidas, verificou que o primeiro grupo apresentou crenças mais distorcidas sobre a violência interpessoal (e.g. quando se bate em alguém é porque essa pessoa fez algo errado), levando a pensar que a experiência de exposição à violência pode não só apoiar a construção tendencial de algumas ideias sobre a violência (e.g. baseadas em diferenças de género ou etárias), mas também favorecer a desconstrução de ideias preconcebidas e mal fundamentadas (e.g. o alcoolismo como causa da violência). Neste sentido, a diferenciação da amostra quanto à existência ou não de exposição à violência também seria importante analisar num estudo futuro.

Calvete (2007) concluiu que adolescentes maltratados, apresentando elevados níveis de justificações para a violência, estão muito mais associados a comportamentos mais agressivos e delinquentes. Assim, a replicação deste estudo, recorrendo a uma amostra maior e que possibilitasse analisar concomitantemente os tipos de maus-tratos, os comportamentos delinquentes e as crenças sobre a violência, seria uma enorme mais-

valia com evidência empírica pois as relações obtidas seriam amplificadas e permitiriam uma análise estatística multivariada mais vasta e diversificada.

A exploração de dados para além dos processos de promoção e proteção, recorrendo ao autorrelato, a dados das forças de segurança (e.g. PSP; GNR) e a informações escolares, a inserção de mais variáveis como, por exemplo, o nível socioeconómico, bem como o alargamento do período de tempo de processos em execução a considerar podem ser enormes complementos ao estudo realizado e permitir uma melhor caracterização da amostra a utilizar.

A implicação prática deste tipo de estudo advém essencialmente da possibilidade de conhecer e/ou reconhecer os fatores que podem levar à adoção de comportamentos delinquentes e/ou influenciar/ mediar a relação entre ser vítima de maus-tratos e apresentar comportamentos delinquentes.

Podendo as crenças sobre a violência e as especificidades culturais inerentes a uma região serem fatores mediadores desta relação, então o conhecimento das influências e características específicas dessa região, refletidas numa determinada população, permite desenvolver ações de prevenção e intervenção adequadas às suas especificidades e necessidades e, conseqüentemente, aumentar o grau de eficácia e adesão às mesmas.

Se os destinatários destas ações se sentirem envolvidos e se identificarem com as questões e os temas abordados, a probabilidade de vontade para a mudança e alteração de comportamentos será maior.

Referências

- Agnew, R. (2001, Novembro). Building on the foundation of general strain theory: Specifying the types of strain most likely to lead to crime and delinquency. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 38(4), 319-361. doi:10.1177/0022427801038004001.
- Bennett, D. S., Sullivan, M. W., & Lewis, M. (2005, Novembro). Young children's adjustment as a function of maltreatment, shame, and anger. *Child Maltreatment*, 10(4), 311-323. doi:10.1177/1077559505278619.
- Brezina, T. (1998). Adolescent maltreatment and delinquency: The question of intervening processes. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 35(1), 71-99. doi:10.1177/0022427898035001003.
- Butaney, B., Pelcovitz, D., & Kaplan, S. (2011). Psychological maltreatment as a moderator for physical abuse and adolescent maladjustment: Implications for treatment and intervention. *Journal of Infant, Child, and Adolescent Psychotherapy*, 10(4), 442-454. doi:10.1080/15289168.2011.614515.
- Calheiros, M. M. (2002). *A construção social do mau trato e negligência parental: Do senso-comum ao conhecimento científico* (Tese de doutoramento). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Calvete, E. (2007). Justification of violence beliefs and social problem-solving as mediators between maltreatment and behavior problems in adolescents. *The Spanish Journal of Psychology*, 10(1), 131-140.
- Canha, J. (2008). A criança vítima de violência. In C. Machado, & R. A. Gonçalves (Eds). *Violência e vítimas de crimes: crianças* (pp. 17-37). Coimbra: Quarteto.
- Capezza, N. M., & Arriaga, X. B. (2008). You can degrade but you can't hit: Differences in perceptions of psychological versus physical aggression. *Journal of Social and Personal Relationships*, 25(2), 225-245. doi:10.1177/0265407507087957.
- Carroll-Lind, J., Chapman, J., & Raskauskas, J. (2011). Children's perceptions of violence: The nature, extent and impact of their experiences. *Social Policy Journal of New Zealand*, 37, 1-13.
- Carvalho, M. J. (2003). *Entre as malhas do desvio*. Oeiras: Celta Editora.
- Cauffman, E., Feldman, S. S., Jensen, L. A., & Arnett, J. J. (2000, Novembro). The (un)acceptability of violence against peers and dates. *Journal of Adolescent Research*, 15(6), 652-673. doi: 10.1177/0743558400156003.

- Child Welfare Information Gateway. (2008). *Long-term consequences of child abuse and neglect*. Washington: Children's Bureau/ACYF. Disponível em <http://www.childwelfare.gov>.
- Chung, H. L., & Steinberg, L. (2006). Relations between neighborhood factors, parenting behaviors, peer deviance, and delinquency among serious juvenile offenders. *Developmental Psychology*, 42(2), 319–331. doi: 10.1037/0012-1649.42.2.319.
- Cid, C., Machado, C., & Matos, M. (2010). Prevenção, despistagem e intervenção precoce nos maus tratos à criança. In C. Machado. *Vitimologia: das novas abordagens teóricas às novas práticas de intervenção* (pp. 106-135). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Código Penal e Legislação Complementar. (2010). Lisboa: Quid Juris - Sociedade Editora.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. (2012). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens*.
- Cotton, C., Guzman-Arredondo, E., Garcia, K., Gardner-Suggs, M., Bogucki, R., Hug, R., . . . Nichols-Haynes, Z. (2011). *Child abuse and neglect prevention plan*. Lake County.
- Crooks, C. V., Scott, K. L., Wolfe, D. A., Chiodo, D., & Killip, S. (2007). Understanding the link between childhood maltreatment and violent delinquency: What do schools have to add? *Child Maltreatment*, 12(3), 269-280. doi:10.1177/1077559507301843.
- Currie, J., & Tekin, E. (2012). Understanding the cycle - Childhood maltreatment and future crime. *The Journal of Human Resources*, 47(2), 509-549.
- DePadilla, L., Perkins, M. M., Elifson, K. W., & Sterk, C. E. (2012). Adult criminal involvement: A cross-sectional inquiry into correlates and mechanisms over the life course. *Criminal Justice Review*, 37(1), 110-126. doi:10.1177/0734016811432921.
- Direcção Geral da Saúde. (Fevereiro de 2011). *Maus tratos em crianças e jovens – guia prático de abordagem, diagnóstico e intervenção*. Disponível em Instituto de Apoio à Criança: http://www.iacrianca.pt/images/stories/pdfs/guia_pratico_maus_tratos_crianças_jovens.pdf

- English, D. J. (1998). The extent and consequences of child maltreatment. *The Future of Children - Protecting Children from Abuse and Neglect*, 8(1), 39-53.
- Falshaw, L. (2005). The link between a history of maltreatment and subsequent offending behaviour. *Probation Journal*, 52(4), 423-434.
doi:10.1177/0264550505058955.
- Farrington, D. P. (2007). Origins of violent behavior over the life span. In D. J. Flannery, A. T. Vazsonyi, & I. D. Waldman. *The Cambridge Handbook of Violent Behavior and Aggression* (pp. 19-48). Cambridge: Cambridge University Press .
- Farrington, D. P., & Loeber, R. (2000, Outubro). Epidemiology of juvenile violence. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 9(4), 733-748.
- Figueiredo, B., Fernandes, E., Matos, R., & Maia, Â. (2003). Maus tratos na infância: trajetórias desenvolvimentais e intervenção psicológica na idade adulta. In C. Machado, & R. A. Gonçalves. *Violência e Vítimas de Crimes Vol. 1 - Adultos* (pp. 163-210). Coimbra: Quarteto.
- Ford, M. C. (2006). The relationship between childhood maltreatment and delinquency. In B. Sims, & P. Preston. *Handbook of juvenile justice: Theory and practice* (pp. 127-143). Taylor & Francis Group.
- Formiga, N. S. (2003). Fidedignidade da Escala de Condutas Anti-sociais e Delitivas ao contexto Brasileiro. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 133-138.
- García, J. J. (2004). Factores de riesgo y protección de la conducta antisocial en adolescentes. *Revista de Psiquiatria de la Facultad de Medicina de Barcelona*, 31(1), 21-37.
- Gleitman, H., Fridlund, A. J., & Reisberg, D. (2007). *Psicologia* (7ª ed.). (D. R. Silva. Trad.) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gracia, E., & Herrero, J. (2008). Beliefs in the necessity of corporal punishment of children and public perceptions of child physical abuse as a social problem. *Child Abuse & Neglect*, 32, 1058-1062. doi:10.1016/j.chiabu.2008.05.004.
- Grogan-Kaylor, A., & Otis, M. D. (2003). The effect of childhood maltreatment on adult criminality: A tobit regression analysis. *Child Maltreatment*, 8(2), 129-137.
doi:10.1177/1077559502250810.
- Guimarães, S. P., & Campos, P. H. (2007). Norma social violenta: Um estudo da representação social da violência em adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(2), 188-196.

- Hadjar, A., Baier, D., Boehnke, K., & Hagan, J. (2007). Juvenile delinquency and gender revisited: The family and power-control theory reconceived. *European Journal of Criminology*, 4, 33-58. doi:10.1177/1477370807071729.
- Hamilton, C. E., Falshaw, L., & Browne, K. D. (2002). The link between recurrent maltreatment and offending behaviour. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 46(1), 75-94. doi:10.1177/0306624X02461006.
- Hawkins, J. D., Herrenkohl, T. I., Farrington, D. P., Brewer, D., Catalano, R. F., Harachi, T. W., & Cothorn, L. (2000, Abril). Predictors of youth violence. *Juvenile Justice Bulletin*, 1-12.
- Heck, C., & Walsh, A. (2000). The effects of maltreatment and family structure on minor and serious delinquency. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 44(2), 178-193. doi:10.1177/0306624X00442004.
- Heise, L. (1994). Gender-based abuse: The global epidemic. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(1), 135-145.
- Huesmann, L. R., & Guerra, N. G. (1997). Children's normative beliefs about aggression and aggressive behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72(2), 408-419.
- Hussey, J. M., Chang, J. J., & Kotch, J. B. (2006). Child maltreatment in the United States: Prevalence, risk factors and adolescent health consequences. *Pediatrics*, 118(3), 933-942. doi:10.1542/peds.2005-2452.
- Junger-Tas, J., Ribeaud, D., & Cruyff, M. (2004). Juvenile delinquency and gender. *European Journal of Criminology*, 13, 333-375. doi:10.1177/1477370804044007.
- Kilpatrick, D. G., & Saunders, B. E. (1999). *Prevalence and consequences of child victimization: Results from the National Survey of Adolescents - Final report*. Washington: National Institute of Justice.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde.
- Lemmon, J. H. (2006). The effects of maltreatment recurrence and child welfare services on dimensions of delinquency. *Criminal Justice Review*, 31(1), 5-32. doi:10.1177/0734016806287945.
- Lima, L. (2006). *Os maus-tratos infantis* (Monografia de Pós-Graduação). Universidade Internacional, Centro de Estudos Multiculturais, Lisboa.

- Maas, C., Herrenkohl, T. I., & Sousa, C. (2008). Review of research on child maltreatment and violence in youth. *Trauma, Violence, & Abuse*, 9(1), 56-67. doi: 10.1177/1524838007311105.
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83
- Machado, C., Antunes, M. J., & Machado, A. (2011). Avaliação psicológica da negligência e dos maus-tratos físicos/psicológicos à criança. In M. Matos, R. A. Gonçalves, & C. Machado. *Manual de Psicologia Forense: contextos, práticas e desafios* (pp. 143-158). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Machado, L., Sani, A. I., & Oliveira, M. S. (2010). Crenças e representações sociais dos adolescentes sobre a violência interpessoal. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 7, 412-423.
- Magalhães, T. (2005). *Maus Tratos em Crianças e Jovens* (4ª ed.). Coimbra: Quarteto Editora.
- Malinosky-Rummell, R., & Hansen, D. J. (1993). Long-term consequences of childhood physical abuse. *Psychological Bulletin*, 114(1), 68-79.
- McLaren, F. (2010). *Attitudes, values and beliefs about violence within families: 2008 survey findings*. Disponível em New Zealand Family Violence Clearinghouse: <http://www.msd.govt.nz/documents/about-msd-and-our-work/publications-resources/research/campaign-action-violence-research/attitudes-values-and-beliefs-about-violence-within-families.pdf>
- Mersky, J. P., & Reynolds, A. J. (2007). Child maltreatment and violent delinquency: Disentangling main effects and subgroup effects. *Child Maltreatment*, 12(3), 246-258. doi:10.1177/1077559507301842.
- Mersky, J. P., Topitzes, J., & Reynolds, A. J. (2012). Unsafe at any age: Linking childhood and adolescent maltreatment to delinquency and crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 49(2), 295-318. doi:10.1177/0022427811415284.
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100, 674-701.
- National Center for Injury Prevention and Control. (2011, Maio). *Child Maltreatment: Consequences*. Disponível em Centers for Disease Control and Prevention: <http://www.cdc.gov/ViolencePrevention/childmaltreatment/consequences.html>

- Pires, A., & Miyazaki, M. (2005). Maus-tratos contra crianças e adolescentes: Revisão da literatura para profissionais da saúde. *Arquivos de Ciências da Saúde*, 12(1), 42-49.
- Porto, M. S. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 16, 250-273.
- Portwood, S. G. (1999). Coming to terms with a consensual definition of child maltreatment. *Child Maltreatment*, 4(1), 56-68.
doi:10.1177/1077559599004001006.
- Rebellon, C. J., & Gundy, K. V. (2005, Agosto). Can control theory explain the link between parental physical abuse and delinquency? A longitudinal analysis. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 42(3), 247-274.
doi:10.1177/0022427804271926.
- Ribeiro, M. d., & Sani, A. I. (2008). As crenças de adolescentes sobre a violência interparental. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 5, 176 - 186.
- Ricas, J., Donoso, M. T., & Gresta, M. L. (2006). A violência na infância como uma questão cultural. *Revista Texto & Contexto Enfermagem*, 15(1), 151-154.
- Salzinger, S., Rosario, M., & Feldman, R. (2007). Physical child abuse and adolescent violent delinquency: The mediating and moderating roles of personal relationships. *Child Maltreatment*, 12(3), 208-219. doi: 10.1177/1077559507301839.
- Sani, A. I. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: As construções de crianças expostas à violência interparental*, (Tese de doutoramento). Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, Braga.
- Sani, A. I. (2007). As crenças das crianças sobre a violência e as percepções sobre os conflitos interparentais. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 4, 198 - 208.
- Scherer, E. A., & Scherer, Z. A. (2000, Agosto). A criança maltratada: Uma revisão da literatura. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 8(4), 22-29.
- Scudder, R. G., Blount, W. R., Heide, K. M., & Silverman, I. J. (1993). Important links between child abuse, neglect, and delinquency. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 37(4), 315-323.
doi:10.1177/0306624X9303700404.

- Shader, M. (2001). *Risk factors for delinquency: An overview*. Disponível em Washington DC Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention: <http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojjdp/frd030127.pdf>.
- Sims, B. (2006). Theoretical explanations for juvenile delinquency. In B. Sims. & P. Preston. *Handbook of Juvenile Justice: Theory and Practice* (pp. 77-92). Taylor & Francis Group.
- Slep, A. M., & O’Leary, S. G. (2001). Examining partner and child abuse: Are we ready for a more integrated approach to family violence? *Clinical Child and Family Psychology Review*, 4(2), 87-107.
- Smith, C. A., Ireland, T. O., & Thornberry, T. P. (2005). Adolescent maltreatment and its impact on young adult antisocial behavior. *Child Abuse & Neglect*, 29, 1099–1119. doi:10.1016/j.chiabu.2005.02.011.
- Svensson, R. (2004). Shame as a consequence of the parent-child relationship: A study of gender differences in juvenile delinquency. *European Journal of Criminology*, 1(4), 477–504. doi:10.1177/1477370804045692.
- Thornberry, T. P., Knight, K. E., & Lovegrove, P. J. (2012). Does maltreatment beget maltreatment? A systematic review of the intergenerational literature. *Trauma, violence & abuse*, 13(3), 135-152. doi:10.1177/1524838012447697.
- Tillyer, M. S. (2012). The relationship between childhood maltreatment and adolescent violent victimization. *Crime & Delinquency*, XX(X), 1-23. doi:10.1177/0011128712461121.
- van der Laan, A. M., Blom, M., & Kleemans, E. R. (2009). Exploring long-term and short-term risk factors for serious delinquency. *European Journal of Criminology*, 6(5), 419–438. doi:10.1177/1477370809337882.
- Verrecchia, P. J., Fetzer, M. D., Lemmon, J. H., & Austin, T. L. (2011). Policy implications of the effects of maltreatment type, age, recurrence, severity, and other ecological risks on persistent offending among disadvantaged boys. *Criminal Justice Policy Review*, 22(2), 187-218. doi:10.1177/0887403410375843.
- Wasserman, G. A., Keenan, K., Tremblay, R. E., Coie, J. D., Herrenkohl, T. I., Loeber, R., & Petechuk, D. (2003, Abril). Risk and protective factors of child delinquency. *Child Delinquency Bulletin Series*, 1-16.
- Widom, C. S., & Maxfield, M. G. (1996). The cycle of violence. Revisited 6 years later. *Archives of pediatrics adolescent medicine*, 150(4), 390-395.

- Widom, C. S., & Maxfield, M. G. (2001, Fevereiro). *An update on the “cycle of violence”*. Disponível em National Institute of Justice:
<https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/184894.pdf>
- Wong, T. M., Slotboom, A.-M., & Bijlevel, C. C. (2010). Risk factors for delinquency in adolescent and young adult females: A European review. *European Journal of Criminology*, 7(4), 266–284. doi:10.1177/1477370810363374.

Anexo A

[illegible]